



## Data-base 2008: propostas do Fórum das Seis

**E**m nossa Assembléia Geral de 26/3 deveremos discutir a proposta de eixos apresentada pelo Fórum das Seis, em sua reunião de 6/3/2008. As principais balizas indicadas para discussão entre professores, estudantes e funcionários são as seguintes (a íntegra da pauta está disponível em [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)):

1. Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza (conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988), com a manutenção da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a não fragmentação dos diversos níveis de ensino e a revogação dos decretos do governo José Serra que ferem a autonomia das universidades estaduais.

2. Aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% da quota-parte do Estado do ICMS para o Centro Paula Souza, reivindicando-se, entre outras providências, dotação orçamentária específica para garantir políticas de permanência estudantil e sua ampliação nas

universidades estaduais e no Centro Paula Souza, bem como a manutenção de isonomia salarial e paridade entre aposentados e pessoal da ativa.

3. Quanto aos salários: reajuste que recupere a inflação do último ano (maio/2007 a abril/2008) pelo ICV-DIEESE (para voltar ao poder aquisitivo de maio/2007), mais a incorporação ao salário de parcela fixa, de acordo com as seguintes diretrizes:

I) para os docentes, incorporação no salário base de parcela fixa, conforme a tabela a seguir

Regime de trabalho	Parcela fixa (R\$)
RTP	200/5,7691 = 34,67
RTC	200/2,2727 = 88,00
RDIDP	200

II) para os funcionários técnico-administrativos, incorporação no salário base de R\$ 200,00 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

Além desses pontos, o Fórum propõe o encaminhamento de ações para

- revoçar políticas que terceirizam e precarizam o trabalho;
- democratizar a estrutura de poder nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;
- preservar a vinculação

dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os

como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

- incorporar definitivamente os professores e funcionários da Escola de Engenharia de Lorena (EEL) aos quadros da USP;

- extinguir a Secretaria de

Ensino Superior;

- lutar contra a criminalização dos movimentos sociais organizados;

- lutar contra as privatizações e o Plano Plurianual do Governo Serra em tramitação na Assembléia Legislativa.

### Até a Secretaria da Fazenda faz alarde de que tem dinheiro...

Arrecadação do ICMS\* em milhões de reais de dezembro/2007



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo  
\* Quota parte do Estado (55% da arrecadação).  
Os dados do último mês são provisórios.  
Destacar: ICMS concentrado a inflação do mês de recolhimento.

Em 2007, ICMS cresce 9% em termos reais e 12,3% em termos nominais.

Dessa vez não seremos enrolados:

**Reajuste, parte fixa e permanência estudantil JÁ!**

## Assembléia Geral da Adusp

**26/3 - 4ª feira - 17h - Anfiteatro Adma Jafet (IF)**

**Pauta: Adequação do estatuto da Adusp à nova legislação · V Congresso da USP · Campanha salarial**

# Debates sobre fundações na FFLCH

O tema das fundações privadas ditas “de apoio”, que voltou com força ao noticiário após o escândalo Finatec, foi objeto de debates realizados nos dias 11/3 e 12/3 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). O professor Ciro Correia, ex-presidente da Adusp, representou a entidade.

Do primeiro debate, “Fundações e cursos pagos”, promovido em 11/3 por um grupo de alunos da FFLCH, participaram Sérgio Suiama, procurador da República em São Paulo, e o professor Ciro Correia.

Organizado pelo DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, o debate de 12/3 foi intitulado “As privatizações no Estado de São Paulo”, reunindo o deputado estadual Raul Marcelo (PSOL-SP) e o sindicalista Bruno Padron, funcionário da Nossa Caixa, além do representante da Adusp.

Em ambas as oportunidades, o professor Ciro fez uma apresentação sintética dos procedimentos empregados pela *Revista Adusp* para pesquisar as atividades de tais fundações e publicar, em sucessivas edições, dois dossiês e diversas matérias jornalísticas a respeito. Ele comentou os problemas levantados pelos dossiês: embora formalmente não tenham fins lucrativos, tais entidades estão estruturadas como empresas, portanto visam lucros, excedentes, superávits; elas promovem cursos pagos ilegais; encontram formas de burlar a proibição de pagamentos para diretores e conselheiros, via participação em projetos; interferem nas atividades acadêmicas e didáticas no seu interesse; por vezes são utilizadas para burlar a necessidade de contratação de pessoal por concurso público; sua atuação implica conflitos de interesse.

Essas entidades comprometem a isenção de dirigentes e de órgãos de deliberação da USP, segundo o professor. Esse é um dos motivos pelos quais o atual Conselho Universitário tem sua legitimidade questionada, no momento em que se discute um novo Estatuto da universidade.

## Moralidade

No debate de 11/3, o procurador Suiama ratificou os problemas apontados por Ciro, como a ilegalidade no acúmulo de cargos, realização de convênios e contratos que não seguem a legislação, imoralidade e promiscuidade nas relações entre público e privado. A atuação dessas entidades fere a moralidade administrativa, no entender do procurador, pois “não existe controle público da verba arrecadada”. Por outro lado, ao se utilizarem do nome da instituição pública de ensino, elas o fazem “em benefício privado”.

Ele também abordou a falsa solução do problema da baixa remuneração dos docentes, representada por complementações salariais originadas das fundações. Para ele, esta prática descaracteriza o regime de dedicação integral (RDIDP), ao desestimular a presença do professor nas salas de aula regulares. Além disso, o docente recebe de modo improbo por atividades concomitantes com o RDIDP.

Suiama explicou que há uma divisão de competências entre o Ministério Público Federal (MPF, ao qual pertence) e o Ministério Público Estadual (MPE). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as universidades públicas estaduais integram os sistemas estaduais de ensino. Como a USP é uma universidade estadual, cabe ao MPE fiscalizá-la.

O procurador falou sobre sua atuação na Universidade

Federal de São Paulo (Unifesp). Em 2007, ele recomendou à Unifesp que fizesse cessar a cobrança de todos os cursos pagos (*Informativo Adusp* 240). A universidade adotou medidas moralizadoras, mas permitiu que a cobrança continuasse. Agora, ele pretende entrar com uma ação civil pública contra esses cursos pagos, uma vez que não há dúvida quanto à previsão constitucional da gratuidade em estabelecimentos oficiais em todos os níveis, a despeito das “firulas” empregadas para tentar driblar esse princípio.

## Privatizações

No debate de 12/3, o sindicalista Bruno Padron de-

nunciou todas as medidas que o governo do Estado vem tomando no sentido de tornar o banco Nossa Caixa atraente para o mercado: redução do piso salarial e das tabelas de vencimento dos funcionários; pressão para que estes alcancem metas de vendas de produtos; abertura de parte do capital do banco na Bolsa de Valores; criação de subsidiárias privadas que controlam setores dos negócios do banco etc. Essas medidas geram insatisfação dos clientes e dos funcionários.

O deputado Raul Marcelo, por sua vez, atacou a retomada pelo governo Serra da política geral de privati-

zações, que mira 18 empresas públicas do estado, com destaque para as maiores: Companhia Energética de São Paulo (Cesp), Companhia de Saneamento Básico (Sabesp) e Nossa Caixa. Segundo ele, todos os problemas das privatizações ocorridas no governo FHC, no âmbito federal — subvalorização do patrimônio das empresas públicas nos leilões, favorecimento de grupos estrangeiros, uso do dinheiro arrecadado para enriquecer o mercado financeiro — podem se repetir agora em São Paulo, se não houver a necessária resistência e mobilização da sociedade paulista.

## “Achei que era meu dever continuar filiado”

Daniel Garcia



Professor Aziz Ab'Saber

O professor Aziz Ab'Saber completa 25 anos de aposentadoria em 2008. Nesse tempo, não deixou de frequentar a universidade (“Vou todo dia à USP”) e de tomar partido em suas lutas. Além disso, Ab'Saber se manteve filiado à Adusp. “Tenho grande admiração pela Adusp, desde muitos e muitos anos. Quando eu me aposentei, achei que era meu dever continuar filiado”, conta ele, que lecionou no Departamento de Geografia e é professor emérito da FFLCH.

Aziz Ab'Saber afirmou que considera importante o registro das lutas pela educação feito pela entidade: “Acho que muitas das publicações que a Adusp faz hon-

ram muito o corpo docente da USP. O que fica escrito é a coisa mais importante que ocorre. A gente pode falar oralmente cobrando coisas, mas o que fica registrado é muito importante”.

José Carlos Bruni, professor do Departamento de So-

ciologia da FFLCH até 1997, quando se aposentou, cita outro motivo para continuar ligado à entidade da categoria: “Eu sempre achei que um órgão de representação é muito importante. Estar filiado é importante porque mesmo como professores aposentados a gente tem problemas eventuais de diferentes ordens: trabalhista, jurídica, de saúde”. Bruni diz que, depois que se aposen-

tou, precisou pedir orientações à Adusp sobre atendimento de saúde e que a ajuda prestada “foi muito boa”. Por isso, afirma: “Não vou me desligar, não”. Em 2006, o professor passou a integrar o Conselho Editorial da *Revista Adusp*.



# Programa de bônus é equivocado, diz Marcelino

*Diretor da Adusp participa de debate com a secretária estadual da Educação*

Robson Martins/Apeoesp

O jornal Folha de S. Paulo promoveu, em 10/3, debate sobre a proposta da Secretaria Estadual da Educação (SEE-SP) de instituir um programa de bônus para professores da rede pública estadual que se destacarem. Mediado pelo jornalista Gilberto Dimenstein, o debate reuniu a secretária estadual da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro; o presidente do Sindicato dos Professores da Rede Estadual (Apeoesp), Carlos Ramiro de Castro; o diretor regional da Adusp em Ribeirão Preto, professor José Marcelino de Rezende Pinto; e Eduardo de Carvalho Andrade, professor da Faculdade Ibmecc.

“Acreditamos que temos que valorizar as boas equipes, os bons professores”, declarou Maria Helena. A secretária informou que o projeto de lei que cria o programa será encaminhado à Assembleia Legislativa até abril: “Uma comissão está fechando os indicadores”.

“Temos que encarar os problemas com realismo e com coragem. O bônus é importante? É. É para valorizar a equipe? É. É para representar um estímulo a mais além da política salarial, que não substitui o bônus? É. Nós somos contra simplesmente a isonomia salarial, eu em particular sou contra, não posso falar pelo governo. Nós temos que valorizar sim os talentos, projetos criativos, e ter uma carreira que valorize os profissionais de educação cada vez mais”.

## “Brincadeira”

O presidente da Apeoesp rejeitou a adoção da política de bônus: “Vamos acabar com essa brincadeira de que o salário não é importante. Quando assumo compromi-

sos, assumo baseado no meu salário, e não numa gratificação, num possível prêmio”.

A rede estadual, disse Ramiro, sente a “falta dos materiais pedagógicos mais simples”, bem como “falta de recursos humanos: funcionários, vigias, técnicos”. Denunciou superlotação das salas de aula: “Tivemos o fechamento de mais de 300 escolas nos últimos dez anos, e de milhares de salas de aula”.

Ele defendeu a criação de um plano de carreira para a categoria, pois a política atual faz a rede perder professores que procuram aperfeiçoar-se: “Se consegue doutoramento, como o salário é muito baixo, ele vai para a universidade ou para outro setor do mercado. Temos que pensar em uma política salarial, um plano de carreira”. Ele criticou a SEE-SP por implantar projetos sem escutar os educadores nem discutir com a comunidade.

## “Milagres”

Eduardo Andrade surpreendeu ao receitar medidas mais radicais do que o programa da SEE-SP. Ele considera que a proposta de bonificação do governo estadual “tem pontos de partida bem interessantes”, tais como “a necessidade de uma gestão mais profissional das escolas”, “metas bem definidas e um sistema de incentivos adequado”. A idéia fundamental seria “responsabilizar professores e diretores pela qualidade do ensino que é recebido pelos alunos”. Na sua opinião, “o bom professor tem a capacidade de fazer milagres”.

Porém, Andrade pensa que é “errado pagar salários iguais para todos os professores”, uma vez que a “premiação de todos os professores das escolas que cumprirem



**Marcelino, Maria Helena, Dimenstein, Ramiro e Andrade**

as metas é injusta, é o efeito carona. O programa não separa o joio do trigo”.

Segundo o professor do Ibmecc, “na verdade São Paulo simplesmente está copiando um modelo adotado nos Estados Unidos”, mas, ao contrário do que ocorre naquele país, “a política de São Paulo não tem mecanismo de punição”. Nos Estados Unidos, informou, há estados em que escolas que não alcançam a meta são fechadas e os alunos têm o direito de escolher outra escola, pública ou privada (o chamado “voucher”).

## Prêmio, não

“Uma escola de qualidade tem um custo, e esse custo não é pequeno”, destacou o professor Marcelino, lembrando que a educação pública precisa de recursos. “Dinheiro faz diferença”, frisou. Qualquer aluno de escola particular de classe média no Brasil, explicou, recebe em recursos investidos nele pelo menos três vezes o que o país gasta com um aluno da rede pública.

O diretor da Adusp situou 1995, ano em que ocorreu a reorganização da rede física, como ponto crítico da

história do ensino estadual em São Paulo. “Eu chamo de ‘reforma Jack, o Estripador’. As escolas de ensino fundamental foram repartidas ao meio: primeira a quarta, quinta a oitava, ou eventualmente ensino médio. Naquele momento o Conselho Estadual [de Educação] se omitiu. São Paulo tinha a oportunidade de ter o que o resto do mundo tem: uma escola pública única. São Paulo perdeu essa oportunidade. Na época denunciávamos que aquilo tinha a função de municipalizar, e foi o que ocorreu”.

“A rede estadual, que tinha 87% dos alunos, ficou com 57%. De primeira a quarta ela só tem 38% das matrículas”. Por isso, disse, qualquer política de ensino fundamental deve envolver as duas redes. “Um debate desses tem que envolver o Conselho Estadual, tem que envolver Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação]. Não adianta pensar em políticas pontuais”.

Marcelino sustentou que a lógica da política de bônus faz aumentar o risco de desigualdades no interior do sistema, pois os profes-

res experientes tenderão a se afastar das escolas cujos alunos apresentam notas mais baixas —exatamente as escolas das regiões mais pobres. “Parte-se do pressuposto implícito de que o professor não ensina porque não quer”. Para ele, a experiência chilena de introdução de mecanismos de mercado na educação se mostrou um desastre.

O caminho é outro, defendeu o diretor da Adusp: “Nem prêmio, nem castigo, os professores precisam de condições adequadas de trabalho” — e de uma política de avaliação que não seja centrada só em testes padronizados, mas que envolva pais, alunos e os próprios profissionais da educação.

## Não decide

Em resposta a uma pergunta, a secretária da Educação afirmou não ter qualquer ingerência na política salarial: “Não faço parte do grupo que decide”, declarou, citando a Secretaria de Gestão e a Secretaria da Fazenda como as responsáveis. Para ela, turmas superlotadas “são pontuais” e a SEE-SP está “buscando uma solução” para o problema.

# É fundamental preparar o V Congresso!

**P**ela primeira vez em nossa longa e duradoura luta pela democratização estrutural da USP, e fruto da luta estudantil do primeiro semestre de 2007, foi incluído no calendário institucional deste ano uma semana destinada à realização do V Congresso de professores, estudantes e funcionários. Temos à nossa frente o desafio de construir uma pauta conjunta que potencialize a luta para transformar não só a estrutura de exercício do po-

der institucional na USP, como também propiciar o desenvolvimento de um processo de mudança nas relações sociais dentro da universidade e de seu envolvimento com a sociedade na qual está inserida.

A atual Comissão Organizadora do V Congresso, da qual participam DCE, Sintusp, Adusp e APG, deverá ser ampliada, passando a ser constituída por 27 membros, sendo nove professores, nove funcionários e nove representantes

do DCE e da APG. Os representantes da Adusp na Comissão serão eleitos na Assembleia Geral de 26/3 e seria importante contarmos com pelo menos um representante de cada campus da USP.

## Eixos unitários

As propostas encaminhadas pelos representantes da Adusp na atual Comissão são oriundas das deliberações de nossas Assembleias Gerais do primeiro semestre de 2007, que indicaram ela-

boração de eixos unitários de ação com estudantes e funcionários em torno de questões fundamentais como democratização do exercício do poder, financiamento, luta contra a privatização, políticas responsáveis de expansão da universidade pública e políticas efetivas de permanência estudantil. Além disso, e de central importância, é a construção da luta por uma Estatuinte democrática, exclusiva e independente do atual CO, que reunir-se-á

para discutir o novo Estatuto, dissolvendo-se após o término de seus trabalhos.

É central que as forças vivas dos movimentos estudantil, de funcionários e de professores encontrem uma solução para o desafio político de, num mesmo tempo e movimento, debater idéias e propostas e construir a nossa capacidade de ação unitária. Sem isso, mais uma vez prevalecerá a vontade e o despotismo da oligarquia que tem determinado os rumos da USP.

## Deliberações do CR

O Conselho de Representantes (CR) da Adusp, em reunião no dia 18/3, examinou a proposta inicial de campanha salarial apresentada pelo Fórum das Seis, de reposição da inflação no período de maio/07 a maio/08 mais 200 reais fixos. Segundo avaliação do CR, a realidade orçamentária indica haver espaço para uma reivindicação maior, o que, também, propiciaria uma maior mobilização do corpo docente. Com essas considerações, decidiu encaminhar ao Fórum das Seis, por meio da diretoria da Adusp, uma análise mais detalhada das possibilidades de reajuste, com o objetivo de conquistar uma reposição mais significativa, tendo como base, além da parte fixa, maio/2001.

Quanto à participação das Universidades no Sifem, o CR manifestou o apoio à absoluta transparência das contas mas com total respeito à autonomia financeira das universidades, entendendo que meca-

nismos de transparência não podem ser usados para limitar a autonomia universitária.

Em maio próximo, juntamente com as eleições do Andes, haverá eleições de novos conselheiros em diversas unidades. Para organizar as eleições, o CR indicou os conselheiros Décio Crisol Donha (Poli) e Heloisa Borsari (IME) como membros da comissão eleitoral.

Em relação ao V Congresso da USP, o CR deliberou por uma reunião específica sobre o tema, a ser realizada em 1º/4.

## Gatilho

Foi ainda informado ao CR que a reunião com a reitoria sobre a ação do gatilho foi adiada para a primeira semana de abril e que os colegas dos museus e institutos especializados devem enviar à Adusp material que comprove sua atividade docente em 1987 e 1990.

## Assembleia e Plebiscito para mudança do Estatuto da Adusp

A adequação do Estatuto da Adusp ao novo Código Civil deverá ser feita, conforme estabelece o Estatuto em vigor, em duas etapas: Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esse fim, com pelo menos 10% dos associados; e Plebiscito referendando as mudanças aprovadas pela Assembleia.

Visando contornar as dificuldades burocráticas, a diretoria da Adusp está propondo como novo Estatuto da entidade uma versão, em essência, idêntica ao Regimento já aprovado no primeiro semestre de 2007.

Estamos convocando a Assembleia Geral com uma dinâmica que permita atingir o quórum exigido, nos mesmos moldes do que fizemos em 2007 para a alteração do Regimento Geral da Adusp. O cronograma de atividades encontra-se no quadro abaixo.

### CRONOGRAMA

<b>26/3/08, quarta-feira, 17h</b> <b>Local: Anf. Adma Jafet (IF)</b>	Abertura da Assembleia Geral com apresentação da proposta da Diretoria.
<b>27/3 a 3/4</b>	Realização de Setoriais da Assembleia Geral nas unidades e <i>campi</i> para discutir a mudança do estatuto da Adusp.
<b>3/4, quinta-feira, 17h</b> <b>Local: Anfiteatro da História</b>	Fechamento da Assembleia Geral e votação das propostas apresentadas.
<b>8/4 a 11/4, terça a sexta-feira</b>	Plebiscito referendando a deliberação da Assembleia Geral ocorrida.

**DEBATE**

**“Reforma tributária e o financiamento da educação”**  
Eduardo Suplicy, Ivan Valente, César Callegari  
28/3, 6ª feira, às 16h, no Aud. do Instituto Oceanográfico da USP